



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682536 - MG (2021/0233476-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : THIAGO SEBE LEAL
ADVOGADO : THIAGO SEBE LEAL - MG115774
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JUAN BRANDON DE PAULA ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUAN BRANDON DE PAULA ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.126169-8/000).

O paciente foi preso em flagrante em 10.07.2021, em razão da suposta prática do crime de receptação. A custódia foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, aduzindo que o delito foi cometido sem violência ou grave ameaça, sendo devido o deferimento da liberdade provisória.

Assevera que foi arbitrada a fiança, contudo, mesmo após o pagamento e a colocação do acusado em liberdade, a segregação foi convertida em preventiva, o que demonstra que é cabível a revogação do mandado de prisão.

Defende a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, seja revogado o mandado de prisão, a fim de que o paciente possa responder em liberdade à ação penal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar ou aplicadas as medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 15/16):

Contrariamente ao sustentado em impetração a prisão preventiva do paciente encontra-se suficientemente fundamentada nos requisitos do art. 312 e art. 312, inciso II, ambos do CPP, inexistindo constrangimento ilegal.

Ressaltara a d. autoridade coatora a necessidade da medida para garantia da ordem pública em virtude da reiteração delitiva do acusado, o qual possui duas condenações anteriores pela prática de delitos contra o patrimônio (roubo e receptação).

[...]

De fato, depreende-se da FAC de ordem 03 que o

acusado possui diversos registros pela prática de delitos contra o patrimônio, bem assim fora beneficiado recentemente por alvará de soltura em duas oportunidades (12/05/2021 e 09/12/2020). Ora, a reiteração do paciente em práticas delituosas causa, indubitavelmente, instabilidade social, justificando-se, assim, a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP, não sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência